XXXIII Congresso Brasileiro de Custos
17, 18 e 19 de novembro de 2026
- Porto de Galinhas / PE -

Reconhecimento e mensuração da Capacidade Ociosa: um Estudo de Caso Hipotético sob as Óticas Contábil e Gerencial

Gabriela Barreto Araújo (UERJ e Unilasalle RJ) - gba110872@gmail.com

Josue Nunes Souza (FPM) - josuenss99@gmail.com

Herika C Maciel de Oliveira Costa (UERJ) - herikamaciel@gmail.com

Sidmar Roberto Vieira Almeida (Instituição - a informar) - sidmarvalmeida@gmail.com

Edivaldo Fernandes dos Santos Junior (Unilasalle-RJ) - edivaldojr09@hotmail.com

Resumo:

A gestão do custo da capacidade ociosa constitui um dos principais desafios da Contabilidade de Custos, uma vez que a relação entre volume produzido e capacidade instalada determina diretamente a forma de apropriação dos custos fixos aos produtos e, por consequência, a fidedignidade das demonstrações contábeis. Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o tratamento contábil aplicável aos custos de ociosidade para o processo de tomada de decisão gerencial. Adotou-se revisão da literatura como base para apresentação de um estudo de caso hipotético, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, construído a partir de uma empresa industrial fictícia. Sob a ótica da contabilidade gerencial, na lógica do custeio variável, a totalidade dos custos fixos apresentados foi tratada como despesa do período, independentemente do volume produzido, revelando diferenças relevantes entre as duas abordagens quanto à mensuração do resultado e à utilidade informacional para a gestão. Foi possível demonstrar que o reconhecimento segregado da ociosidade, além de atender à exigência normativa, constitui instrumento estratégico de monitoramento da eficiência produtiva e de apoio à tomada de decisão gerencial.

Palavras-chave: *Capacidade ociosa. Custos fixos. Contabilidade gerencial. Contabilidade de Custos.*

Área temática: *Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões*

Reconhecimento e mensuração da Capacidade Ociosa: um Estudo de Caso Hipotético sob as Óticas Contábil e Gerencial

RESUMO

A gestão do custo da capacidade ociosa constitui um dos principais desafios da Contabilidade de Custos, uma vez que a relação entre volume produzido e capacidade instalada determina diretamente a forma de apropriação dos custos fixos aos produtos e, por consequência, a fidedignidade das demonstrações contábeis. Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o tratamento contábil aplicável aos custos de ociosidade para o processo de tomada de decisão gerencial. Adotou-se revisão da literatura como base para apresentação de um estudo de caso hipotético, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, construído a partir de uma empresa industrial fictícia. Sob a ótica da contabilidade gerencial, na lógica do custeio variável, a totalidade dos custos fixos apresentados foi tratada como despesa do período, independentemente do volume produzido, revelando diferenças relevantes entre as duas abordagens quanto à mensuração do resultado e à utilidade informacional para a gestão. Foi possível demonstrar que o reconhecimento segregado da ociosidade, além de atender à exigência normativa, constitui instrumento estratégico de monitoramento da eficiência produtiva e de apoio à tomada de decisão gerencial.

Palavras-chave: Capacidade ociosa. Custos fixos. Contabilidade gerencial. Contabilidade de Custos.
Área Temática: 2. Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade de custos constitui um importante instrumento de gestão, permitindo identificar, mensurar e informar os custos de produtos e serviços, subsidiando a formação de preços, a avaliação de desempenho e a tomada de decisões (Crepaldi, 2004). Os diferentes métodos de custeio distinguem-se principalmente pelos critérios utilizados para apropriação dos gastos aos produtos e serviços (Passarelli & Bomfim, 2003).Nesse contexto, a gestão da capacidade produtiva constitui um dos temas centrais da Contabilidade de Custos, na medida em que a relação entre volume produzido e capacidade instalada determina diretamente a forma de apropriação dos custos fixos aos produtos e, por consequência, a fidedignidade das demonstrações contábeis.

Entre os fatores que afetam a mensuração dos custos de produção, destaca-se a ociosidade da capacidade produtiva, caracterizada pela subutilização da estrutura fabril a nível inferior ao considerado normal em decorrência de fatores como retração da demanda, interrupções operacionais ou limitações do processo produtivo (Negra et al., 2004; Gama, Souza & Sato, 2009)). Nessas circunstâncias, surge o desafio de definir o tratamento contábil dos custos fixos associados à capacidade não utilizada, uma vez que sua apropriação inadequada pode distorcer a avaliação dos

estoques, a mensuração do resultado e a qualidade das informações disponibilizadas aos usuários das demonstrações contábeis.

Nesse contexto, o adequado tratamento contábil dos custos associados à capacidade ociosa constitui um aspecto relevante tanto sob a perspectiva societária quanto gerencial, uma vez que influencia diretamente a mensuração dos estoques, o reconhecimento das despesas e a representação do desempenho econômico das entidades. O correto reconhecimento desses custos proporciona maior fidedignidade às demonstrações contábeis, melhora a qualidade das informações utilizadas pelos gestores e favorece decisões relacionadas ao planejamento da produção e à otimização dos recursos (Lima, 2019). Entretanto, a identificação e a mensuração desses custos ainda representam desafios, em razão da diversidade de critérios adotados pelas organizações e da dificuldade de mensurar a capacidade não utilizada (Miranda, 2016).

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 16 (CPC 16 (R1)) — Estoques, em seu item 13, estabelece que a alocação de custos fixos indiretos de fabricação às unidades produzidas deve ser baseada na capacidade normal de produção, e não na produção efetivamente realizada, de modo que a parcela correspondente à ociosidade seja reconhecida diretamente no resultado do período, como despesa, e não incorporada ao custo dos estoques. Esse tratamento normativo evita a superavaliação dos ativos e a distorção do custo unitário dos produtos fabricados.

Embora a norma contábil estabeleça diretrizes para a alocação dos custos fixos de produção com base na capacidade normal, sua aplicação demanda julgamentos relacionados à identificação da capacidade efetivamente utilizada e à segregação dos custos decorrentes da ociosidade, aspectos que podem afetar a comparabilidade e a fidedignidade das demonstrações contábeis.

Alves (2016) destaca que a ausência de critérios adequados para o reconhecimento da ociosidade pode distorcer os custos de produção, comprometer a avaliação do desempenho econômico e conduzir a decisões gerenciais inadequadas. Dessa forma, compreender o tratamento contábil aplicável aos custos decorrentes da capacidade ociosa torna-se relevante tanto sob a perspectiva normativa quanto gerencial.

Apesar da literatura reconhecer os impactos econômicos da capacidade ociosa sobre o desempenho organizacional, ainda são escassas as discussões que integram os aspectos normativos da mensuração contábil às implicações gerenciais decorrentes do reconhecimento desses custos. Essa lacuna torna relevante uma análise que articule as exigências do CPC 16 com a utilização das informações sobre ociosidade no processo decisório, evidenciando como o tratamento contábil desses custos pode contribuir tanto para a representação fidedigna das demonstrações financeiras quanto para o aprimoramento da gestão organizacional.

Diante desse contexto, este estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: como deve ser tratado contabilmente o custo decorrente da capacidade ociosa sob as perspectivas da contabilidade societária e da contabilidade gerencial? Para responder a essa questão, o estudo tem por objetivo analisar o tratamento contábil aplicável aos custos de ociosidade para o processo de tomada de decisão gerencial. Especificamente, pretende-se: (i) examinar os fundamentos conceituais relacionados à capacidade ociosa; (ii) analisar as diretrizes normativas aplicáveis ao reconhecimento e à mensuração desses custos; e (iii) discutir as implicações gerenciais decorrentes de seu adequado tratamento contábil.

A pesquisa parte das seguintes hipóteses: (i) a adoção de práticas adequadas de gestão contribui para reduzir os custos decorrentes da ociosidade; e (ii) o CPC 16

não permite a incorporação dos custos de ociosidade aos estoques quando decorrentes de capacidade anormalmente não utilizada. Sendo assim, a relevância prática desse tema é evidenciada por estudos setoriais que demonstram elevados níveis de capacidade ociosa na indústria brasileira em períodos de retração econômica, comprometendo a eficiência operacional e a rentabilidade das empresas (Jornal do Comércio, 2018). Nesse contexto, a mensuração dos custos de ociosidade constitui importante ferramenta para subsidiar decisões relacionadas ao planejamento da produção, à utilização da capacidade instalada e à redução de desperdícios, contribuindo para o aumento da eficiência operacional e da competitividade organizacional.

Adicionalmente, o estudo se mostra relevante pois atende a necessidade de compreender os efeitos da ociosidade sobre a mensuração dos custos e sobre a qualidade da informação contábil. A adequada identificação desses custos contribui para a transparência das demonstrações financeiras e fornece aos gestores informações relevantes para otimizar a utilização da capacidade produtiva e melhorar o desempenho organizacional (Callado & Miranda, 2013).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A ociosidade corresponde à parcela da capacidade produtiva não utilizada durante determinado período, representando um custo relevante para a gestão das organizações. Sua identificação e mensuração dependem da distinção entre capacidade normal de produção, capacidade efetivamente utilizada e capacidade ociosa, permitindo avaliar o impacto econômico da subutilização dos recursos produtivos.

Além dos custos diretamente associados ao processo produtivo, as empresas incorrem ainda em custos decorrentes da inatividade ou da utilização inferior à capacidade instalada. Esses custos decorrem, entre outros fatores, da manutenção da estrutura produtiva, da depreciação dos ativos, dos gastos com supervisão e de outros custos fixos que permanecem independentemente do volume produzido. Sua correta mensuração é essencial para evitar distorções na apuração dos custos e apoiar decisões gerenciais.

Sobrinho (2010) diferencia a capacidade teórica, correspondente ao potencial máximo de produção dos equipamentos, da capacidade normal, que considera as limitações inerentes às condições reais de operação. A diferença entre a capacidade normal e a produção efetivamente realizada caracteriza a capacidade ociosa (PWC, 2012). Em situações extraordinárias, como greves, crises econômicas ou eventos não recorrentes, essa ociosidade é classificada como anormal (Iudícibus et al., 2010).

Sob a perspectiva normativa, a Comissão de Valores Mobiliários estabelece que os custos fixos decorrentes da capacidade ociosa anormal não devem ser incorporados ao custo dos estoques, devendo ser reconhecidos como despesa do período (CVM, 1992). Essa orientação foi incorporada ao CPC 16 (R1), segundo o qual apenas os custos incorridos para aquisição e transformação dos estoques podem compor seu valor, excluindo-se os custos associados à capacidade não utilizada.

Assim, os custos decorrentes da ociosidade devem ser reconhecidos diretamente no resultado do período, evitando a superavaliação dos estoques e proporcionando maior fidedignidade das informações contidas nas demonstrações contábeis. Além disso, o CPC 16 exige a divulgação dos estoques reconhecidos como

despesa, enquanto a CVM recomenda que companhias abertas evidenciem, em notas explicativas, os efeitos relevantes da capacidade ociosa (CVM, 1992).

2.1 Normas Contábeis Aplicáveis – CPC 16 Estoque

De acordo com Ribeiro (2020), a Contabilidade Societária busca registrar, medir e comunicar as transações econômicas e financeiras ocorridas em uma entidade, seguindo normas e princípios contábeis estabelecidos. Isso demonstra a importância desta Contabilidade na busca por uniformização e informação confiável para os usuários externos, como investidores e credores mediante a contabilização com base na norma contábil.

A principal norma aplicável ao custo de ociosidade é a a NBC TG 16 (R2) - Estoques. Essa norma estabelece critérios para a mensuração e avaliação dos estoques e inclui o tratamento do custo de ociosidade. Conforme a Norma NBC TG16 (R2), é obrigatória a atribuição de custos fixos indiretos de fabricação às unidades produzidas, e seguir a capacidade normal de produção como base. Essa capacidade normal representa a média de produção esperada em diversos períodos sob condições operacionais normais. Ao determinar essa capacidade normal, leva-se em conta a porção da capacidade total que não é utilizada devido a ações planejadas, como manutenção preventiva, férias coletivas e eventos semelhantes considerados normais para a entidade (CFC, 2017).

O nível real de produção pode ser utilizado se estiver próximo da capacidade normal, evitando, assim, que o valor do custo fixo alocado por unidade produzida seja aumentado em razão de volumes baixos de produção ou ociosidade. Os custos fixos não alocados diretamente aos produtos devem ser reconhecidos como despesa no período em que são incorridos (CFC, 2017).

Em situações de anormalmente alto volume de produção, a quantia de custo fixo atribuída a cada unidade produzida deve ser reduzida. Esse ajuste visa garantir que os estoques não sejam avaliados acima do custo.

Adicionalmente, os custos indiretos de produção variáveis devem ser distribuídos para cada unidade produzida de acordo com o uso real dos insumos variáveis de produção, ou seja, com base na capacidade real utilizada (CFC, 2017).

Os critérios utilizados pelas normas contábeis para o tratamento do custo de ociosidade são fundamentais para a correta mensuração e registro desse custo.

A alocação dos custos fixos indiretos é realizada de acordo com critérios estabelecidos pelas normas contábeis, levando em consideração fatores como a capacidade produtiva da empresa e o tempo de paralisação ou subutilização. Além disso, as normas também orientam a identificação dos custos variáveis diretos relacionados à produção ociosa (Matias-Pereira, 2021).

Ainda, conforme PWC (2012), ao considerar os conceitos de capacidade ociosa e estoques, conclui-se que o custo de ociosidade não representa a aquisição ou transformação do estoque, e, portanto, não deve ser considerado no seu custo.

A alocação de custos de produção é feita com base no nível normal médio de produção, esperando atingir uma média ao longo de um período razoável, considerando perdas de produção devido a manutenções planejadas.

Os custos fixos de produção unitários não podem ser aumentados quando a produção é baixa ou ociosa, conforme indicado no item 13 do CPC 16, sendo reconhecidos diretamente como despesa no período em que são incorridos.

Nesse sentido, o item 19 do CPC 16 normatiza o reconhecimento sem alterar a função, permitindo que a depreciação e outros custos fixos não alocados na

atividade normal de produção sirvam à atividade produtiva da entidade, mesmo não sendo alocados ao custo de produção.

2.2 Estratégica para fins Gerenciais

A contabilidade gerencial desempenha um papel fundamental na gestão de custos, em especial o custo de ociosidade, uma vez que viabiliza a identificação e o controle de desperdícios e ociosidades no processo produtivo. Por meio dessa ferramenta, é possível obter informações precisas sobre o tempo improdutivo, os recursos não utilizados e os custos fixos incorridos durante períodos sem produção.

Dessa forma, a contabilidade gerencial auxilia na tomada de decisões estratégicas para reduzir o custo de ociosidade, aumentando a eficiência operacional e melhorando a rentabilidade da empresa (Schneider, 2016).

Nesse sentido, Hansen e Mowen (2009) complementam que a gestão estratégica de custos envolve a utilização de dados para elaborar e identificar estratégias superiores que resultarão em uma vantagem competitiva sustentável. Em outras palavras, compreendendo e promovendo estratégias eficazes de monitoramento, dimensionamento e cálculo preciso dos custos, é possível estabelecer diretrizes mais claras para decisões que impactam a competitividade da empresa. Os autores enfatizam que uma gestão de custos eficiente é um indicador de que o desenvolvimento da organização está em conformidade com os padrões.

Dessa forma, a gestão de custos deve ser encarada como um conjunto de procedimentos claros e objetivos, voltados para promover a saúde financeira da empresa e, por conseguinte, aumentar sua competitividade. Essa gestão desempenha um papel crucial no processo de formação de preços, integrando-se ao planejamento empresarial, conforme ressaltado por Silva et al. (2016).

Utilizando a gestão de custos nesse contexto, a empresa consegue se libertar da dependência de estratégias de precificação baseadas apenas nas práticas dos concorrentes. Menegazzo et al. (2017) argumenta que empresas que negligenciam o uso de ferramentas de gestão de custos frequentemente estabelecem preços abaixo da realidade. Portanto, para o autor, compreender os custos envolvidos na produção, juntamente com a incorporação de ferramentas para medição precisa desses custos, resulta em uma precificação mais transparente e mais competitiva.

Sendo assim, para que o custo de ociosidade seja mensurado adequadamente, é importante diferenciar dois conceitos parecidos, todavia distintos relacionados à eficácia na realização das operações em uma empresa. São eles: Ineficiência e Ociosidade. Conforme explica Padoveze (2013), a ineficiência refere-se à execução inadequada de tarefas e operações em comparação com o padrão desejado ou esperado. Isso pode incluir aspectos como maior tempo de mão de obra, uso menos eficiente de materiais e operação inadequada de equipamentos. Como resultado, a ineficiência leva a custos mais elevados do que os inicialmente planejados. Por outro lado, a ociosidade ocorre quando a quantidade de produção permitida pela capacidade dos recursos da empresa não é alcançada. Ou seja, os recursos estão subutilizados, e a empresa não está atingindo seu potencial máximo de produção.

Isso pode ocorrer devido a vários motivos, como falta de demanda, subutilização de equipamentos ou má gestão dos recursos disponíveis (Padoveze, 2013). Em resumo, enquanto a ineficiência está relacionada à execução inadequada das operações, resultando em custos adicionais, a ociosidade está ligada à subutilização dos recursos, indicando que a empresa não está operando na sua capacidade máxima/normal de produção.

Com essa diferença esclarecida, relata-se as principais causas do custo de ociosidade nas organizações ocasionadas pela falta de planejamento, à subutilização de recursos, às falhas na gestão da demanda e aos problemas na alocação de mão de obra. A ausência de um planejamento adequado pode levar a períodos sem produção ou com baixa demanda, resultando em desperdício de recursos. Além disso, a subutilização dos recursos disponíveis também contribui para o aumento do custo de ociosidade. A má gestão da demanda e a alocação inadequada da mão de obra são fatores que podem levar à falta de atividades produtivas, gerando ociosidade nos processos (Maciel, 2016).

Existem diversas formas de mensuração do custo de ociosidade. Uma delas é o cálculo do tempo improdutivo, que consiste em identificar e quantificar o tempo em que os recursos produtivos estão ociosos. Além disso, a análise dos custos fixos incorridos durante períodos sem produção também pode ser utilizada como método de mensuração do custo de ociosidade.

Outra abordagem adotada é a avaliação dos recursos não utilizados, ou seja, identificar os recursos disponíveis que não estão sendo aproveitados adequadamente (Damásio, 2016). A diversificação das linhas de produtos ou serviços oferecidos permite aproveitar melhor os recursos disponíveis e reduzir a dependência de um único mercado ou segmento. A busca por parcerias estratégicas também pode ser uma alternativa, pois permite compartilhar recursos e reduzir os custos fixos. Adicionalmente, a implementação de programas de incentivo à produtividade estimula os colaboradores a utilizarem os recursos de forma eficiente e a evitar a ociosidade (Miranda, 2016).

Contudo, as empresas enfrentam diversos desafios na gestão do custo de ociosidade. A resistência dos colaboradores às mudanças é um obstáculo comum, pois muitas vezes eles estão acostumados com práticas antigas e demonstram receio das consequências das mudanças.

Outrossim, a falta de informações precisas sobre os processos internos dificulta a identificação e mensuração dos desperdícios. A complexidade dos processos produtivos também pode dificultar o controle da ociosidade, exigindo uma análise detalhada e específica para identificar as causas e propor soluções adequadas (Bertholini, 2019).

Zatta et al. (2003) explicam que muitos custos são afetados pelo equilíbrio entre capacidade e demanda. Quando a capacidade de produção estiver abaixo da capacidade para a qual a fábrica foi projetada para produzir, os custos fixos existentes são transformados em custos de ociosidade.

No entanto, Leal e Lima (2001) sugerem, com o intuito de atender às necessidades gerenciais, alocar esse valor representativo da ociosidade em uma conta criada para essa finalidade. Como o custeio por absorção, aceito pela legislação, determina que todo o custo indireto de fabricação do período seja alocado à produção, essa conta criada abrigaria todo o valor de custos indiretos de fabricação não alocados com base na proporção da utilização da capacidade e depois estornaria esse valor, debitando a referente parcela aos estoques, ajustando, assim, o valor destes às exigências legais. Os autores consideram essa maneira de tratar os custos, como um custeio com base na utilização da capacidade.

2.3 Otimização dos Recursos e Redução de Desperdícios

A otimização dos recursos e a redução de desperdícios são aspectos fundamentais no contexto contábil, uma vez que têm impacto direto na eficiência e na rentabilidade das organizações. A busca por uma gestão mais eficiente dos recursos

disponíveis visa maximizar o uso dos mesmos, evitando gastos desnecessários e minimizando perdas.

Nesse sentido, a contabilidade desempenha um papel crucial ao fornecer informações precisas e confiáveis sobre os recursos utilizados pela empresa, permitindo uma análise criteriosa das práticas adotadas e identificando oportunidades de melhoria (Silva, Pires, Pinto, Oda & Riberi, 2020).

Para Alves (2016), diversas estratégias podem ser utilizadas para otimizar os recursos e reduzir desperdícios na contabilidade societária e gerencial. Uma delas é a implementação de sistemas de controle interno eficientes, que garantam a correta alocação dos recursos e evitem fraudes ou erros. Além disso, a adoção de tecnologias avançadas pode automatizar processos burocráticos e reduzir o tempo gasto em atividades manuais, aumentando a produtividade da equipe contábil.

Outra estratégia importante nesse controle é o estabelecimento de metas claras de redução de desperdícios, incentivando os colaboradores a buscar constantemente formas mais eficientes de utilizar os recursos disponíveis.

Ainda, Ribeiro (2020) aponta que a relação entre o tratamento contábil e a redução de desperdícios no âmbito da contabilidade societária e gerencial é estreita. A contabilidade fornece informações sobre os custos envolvidos nas operações da empresa, permitindo identificar gargalos e áreas com potencial para redução de desperdícios. Ademais, o tratamento contábil adequado dos ativos e passivos da organização contribui para uma gestão mais eficiente dos recursos, evitando perdas e maximizando a utilização dos mesmos.

Dessa forma, a contabilidade desempenha um papel fundamental na identificação e mensuração dos desperdícios, fornecendo subsídios para a tomada de decisões estratégicas.

A implementação de práticas de otimização dos recursos e redução de desperdícios na contabilidade enfrenta diversos desafios. Um deles é a resistência por parte dos colaboradores em adotar novas práticas ou abandonar hábitos antigos. Além disso, a falta de conhecimento técnico e de capacitação da equipe contábil pode dificultar a implementação de estratégias mais eficientes. Outro desafio é a necessidade de investimentos em tecnologia e infraestrutura, que nem sempre estão disponíveis para todas as organizações. Por fim, a complexidade das operações contábeis e as constantes mudanças nas normas e regulamentações também representam obstáculos à otimização dos recursos e redução de desperdícios (Rosa Filho & Peixe, 2016).

A falta de otimização dos recursos e o aumento do desperdício podem ter consequências significativas no contexto contábil. Primeiramente, isso pode levar a um aumento nos custos operacionais da empresa, reduzindo sua rentabilidade e, ainda, o desperdício de recursos pode comprometer a qualidade das informações contábeis produzidas, afetando a confiabilidade dos relatórios financeiros. Isso pode gerar problemas com órgãos reguladores e prejudicar a imagem da organização perante investidores e *stakeholders*. Isso pode limitar a capacidade da empresa de investir em novos projetos e inovações, comprometendo sua competitividade no mercado (Pinto, Limeira, Silva & Coelho, 2018).

Por outro lado, empresas que adotam práticas eficientes desse conceito, podem alcançar vantagens competitivas significativas. Uma gestão mais eficiente dos recursos permite que a empresa reduza seus custos operacionais, aumentando sua margem de lucro. Além disso, uma contabilidade precisa e confiável contribui para uma tomada de decisão mais embasada, permitindo que a empresa identifique oportunidades de crescimento e antecipe possíveis problemas. Isso pode resultar em

um melhor posicionamento no mercado, conquistando clientes e parceiros estratégicos (Bertholini, 2019).

Já na visão de Fortunato (2022) as tendências futuras relacionadas à otimização dos recursos e redução de desperdícios na contabilidade societária e gerencial apontam para uma maior integração entre os sistemas contábeis e as demais áreas da organização. A utilização de tecnologias como inteligência artificial e *big data* permitirá uma análise mais precisa dos dados contábeis, identificando padrões e oportunidades de melhoria. Adicionalmente, espera-se um maior foco na sustentabilidade ambiental, com empresas buscando reduzir o consumo de recursos naturais e adotar práticas mais responsáveis do ponto de vista socioambiental. Essas tendências refletem a necessidade cada vez maior das organizações em buscar eficiência operacional e sustentabilidade financeira em um cenário global cada vez mais competitivo.

Contudo, é compreensível que as empresas geralmente não consigam operar continuamente em sua capacidade máxima de produção, devido a diversos desafios, como a falta de matéria-prima, falhas técnicas nos equipamentos de produção, diminuição na demanda, escassez de mão de obra ou problemas relacionados à oferta de energia elétrica. Dessa forma, o custo da ociosidade torna-se praticamente inevitável.

Diante dessa realidade, é crucial que a gestão das organizações esteja constantemente atenta para orientar a criação de mecanismos que otimize os recursos e reduza os desperdícios, diminuindo as chances de equipamentos ou setores produtivos operarem abaixo de sua capacidade máxima de produção. Isso envolve a identificação proativa e resolução de problemas, a implementação de medidas para assegurar um suprimento contínuo de matéria-prima, a realização de manutenções preventivas nos equipamentos e o ajuste da produção de acordo com a demanda do mercado, entre outras ações.

Ao adotar essas práticas, as empresas podem reduzir as perdas associadas à subutilização, promovendo uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos disponíveis (Mairon, 2017).

2.4 Eficiência e Competitividade

O aumento da eficiência operacional e competitividade está diretamente relacionado à sua capacidade de se manter no mercado e obter resultados positivos. A eficiência operacional refere-se à capacidade da empresa de utilizar seus recursos de forma otimizada, minimizando desperdícios e maximizando a produtividade. Já a competitividade diz respeito à habilidade da empresa em se diferenciar dos concorrentes e conquistar uma posição vantajosa no mercado (Luz, 2016).

Nesse sentido, existem diversas estratégias que podem ser utilizadas para aumentar a eficiência operacional de uma empresa. Entre as principais estão a melhoria dos processos internos, o investimento em tecnologia, a capacitação dos colaboradores e 48 a adoção de práticas de gestão eficientes.

A melhoria dos processos internos envolve a identificação e eliminação de atividades desnecessárias ou que não agregam valor ao produto ou serviço oferecido pela empresa. O investimento em tecnologia permite automatizar tarefas repetitivas, reduzir erros e agilizar os processos. A capacitação dos colaboradores é fundamental para que eles possam desempenhar suas funções com excelência, utilizando todo o potencial dos recursos disponíveis. Por fim, as práticas de gestão eficientes envolvem o estabelecimento de metas claras, o monitoramento constante dos resultados e a busca contínua por melhorias (Feitosa, 2023).

Dessa forma, a contabilidade societária se apresenta como essencial para registrar todas as transações financeiras realizadas pela empresa, fornecendo informações precisas e confiáveis para a tomada de decisões. Já a contabilidade gerencial tem como objetivo fornecer informações estratégicas para a gestão da empresa, auxiliando na identificação de oportunidades de melhoria e na definição de metas e objetivos. Ambas as áreas da contabilidade podem contribuir para o aumento da eficiência operacional, fornecendo dados relevantes sobre os custos, receitas e despesas da empresa, permitindo uma análise detalhada dos processos internos e identificação de possíveis gargalos ou desperdícios (Silva, Souza & Antunes, 2017).

Todavia, as diferenças entre o tratamento contábil do custo de ociosidade na contabilidade societária e gerencial também são relevantes. Na contabilidade societária, o foco está na conformidade com as normas contábeis estabelecidas pelos órgãos reguladores, como as leis fiscais e as normas internacionais de contabilidade. Nesse contexto, o custo de ociosidade é geralmente tratado como uma despesa operacional, que afeta o resultado final da empresa. Já na contabilidade gerencial, o foco está na utilização das informações contábeis para a tomada de decisões estratégicas. Nesse sentido, o custo de ociosidade é tratado como um indicador de ineficiência operacional, que pode ser utilizado para identificar oportunidades de melhoria e redução de desperdícios (Komatsi; Lourenço; Augusto & Silva, 2016).

Ao tratar adequadamente o custo de ociosidade em sua contabilidade, uma empresa pode obter diversos benefícios. Um dos principais é a redução dos custos operacionais, pois a identificação e eliminação do desperdício de recursos 49 contribui para a otimização dos processos internos. Além disso, o tratamento adequado do custo de ociosidade permite uma melhor alocação dos recursos disponíveis, maximizando a produtividade e a eficiência da empresa.

Outro benefício é o aumento da competitividade, pois uma empresa que utiliza seus recursos de forma eficiente tem mais condições de oferecer produtos ou serviços de qualidade a preços competitivos. Por fim, o tratamento adequado do custo de ociosidade também contribui para a sustentabilidade ambiental, pois reduz o consumo desnecessário de recursos naturais e a geração de resíduos (Paes & Coelho, 2018).

3. METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, desenvolvida por meio de um caso hipotético construído a partir de parâmetros verossímeis de uma empresa industrial de médio porte. A opção por um caso hipotético — em contraposição a um estudo de campo — justifica-se pela intenção de isolar analiticamente os efeitos contábeis da ociosidade fabril sobre o resultado e sobre o Balanço Patrimonial, sem a interferência de variáveis adicionais presentes em ambientes empresariais reais, tais como múltiplos produtos, múltiplas plantas ou variações de mix de vendas. Essa delimitação metodológica permite evidenciar, de forma didática e replicável, a mecânica de cálculo prevista na NBC TG 16 e sua comparação com a lógica do custeio variável adotada pela Contabilidade Gerencial.

Este artigo buscou interpretar fenômenos e atribuir significados, não dependendo do uso de métodos e técnicas estatísticas, consagrando-se numa pesquisa qualitativa. Silva (2005) explica que a pesquisa qualitativa considera que existe uma interação dinâmica entre a realidade concreta e o sujeito, estabelecendo

uma ligação inseparável entre o mundo objetivo e a subjetividade do indivíduo, aspectos que não podem ser expressos quantitativamente.

A coleta de dados foi realizada diretamente no ambiente natural, sendo o pesquisador o principal instrumento através da pesquisa bibliográfica em diversas publicações, considerando que o método bibliográfico é a “abordagem utilizada para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto, com o objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto”, (Pereira, 2012 p. 31).

Dessa forma, por meio da análise de casos concretos e revisão da literatura existente, foi possível coletar dados empíricos e informações teóricas relevantes, a fim de identificar padrões na gestão, atender o solicitado pela norma e tendências no tratamento contábil do custo de ociosidade.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Para fins de ilustração do problema de pesquisa da diferença do tratamento contábil dos custos de ociosidade pelas contabilidades societária e gerencial e os impactos dessa diferença dos resultados, foi desenvolvido um caso empírico de uma empresa industrial.

Considerou-se uma empresa industrial hipotética, aqui denominada Metalfibra Componentes Industriais Ltda., atuante no segmento de fabricação de componentes plásticos e metálicos destinados à cadeia automotiva e de bens de consumo duráveis. A empresa opera uma única unidade fabril, com capacidade instalada de 24.000 unidades mensais, definida como a capacidade normal de produção para fins de rateio de custos fixos, em conformidade com o item 13 da NBC TG 16. A estrutura de custos fixos do período — depreciação de máquinas e equipamentos, mão de obra indireta, manutenção da planta e demais gastos gerais de fabricação — totaliza R$ 180.000,00 mensais, valor tomado como referência para o primeiro trimestre do exercício em análise.

Durante o primeiro trimestre, fatores distintos de origem interna e externa à organização provocaram redução na sua produção efetiva.

A empresa havia recentemente ampliado sua linha de produção, incorporando novos equipamentos e colaboradores, situação que gerou, uma curva de aprendizagem característica: ritmo de produção abaixo do potencial nominal em razão do tempo necessário para adaptação de operadores, ajuste fino de máquinas e estabilização dos processos produtivos. Esse fenômeno é amplamente reconhecido na literatura de engenharia de produção e custos industriais como curva de aprendizagem (*learning curve*), e tende a se dissipar à medida que a experiência operacional se consolida.

Adicionalmente, houve restrições no fornecimento de insumos — notadamente resinas e componentes metálicos adquiridos de fornecedores terceirizados —, refletindo problemas típicos de cadeias de suprimentos sujeitas a sazonalidade, variações cambiais (no caso de insumos importados) ou concentração em poucos fornecedores. Trata-se de uma causa exógena à eficiência interna da planta, mas que impacta diretamente o volume produzido e, por extensão, o grau de absorção dos custos fixos.

Por fim, foi observada ainda, no mesmo trimestre, retração momentânea da demanda pelos produtos fabricados, compatível com movimentos cíclicos observados nos setores automotivo e de bens duráveis, sensíveis a variáveis macroeconômicas como taxa de juros, renda disponível e nível de confiança do consumidor. A redução

da demanda levou a empresa a ajustar o ritmo de produção, contribuindo para a subutilização da capacidade instalada mesmo na ausência de restrições internas de eficiência.

Esse conjunto de fatores fez com que a produção efetiva totalizasse 18.000 unidades, frente a uma capacidade instalada de 24.000 unidades. Como consequência, verificou-se uma taxa média de utilização de 75% da capacidade produtiva, correspondendo a uma ociosidade de 25%.

Considerando custos fixos totais de R$180.000,00 para a capacidade normal, obteve-se um custo fixo unitário de R$7,50 por unidade. Em conformidade com a NBC TG 16 (CPC 16 (R1)), apenas os custos fixos correspondentes à produção efetivamente realizada foram apropriados aos estoques, totalizando R$135.000,00. O montante correspondente à capacidade ociosa, de R$45.000,00, foi reconhecido como despesa do período, evitando a superavaliação dos estoques e a distorção do custo unitário dos produtos fabricados.

Caso a empresa venda 14.000 unidades destas 18.000 produzidas, o custo do produto vendido seria R$105.000,00 (14.000 x R$7,50), restando em estoque, no ativo circulante R$30.000,00 (4.000 x R$7,50). Então, dos R$180.000,00, R$105.000,00 vão para o resultado na forma de custo do produto vendido, R$45.000,00 vão para resultado na forma de despesas do período e R$30.000,00 ficam nos estoques no ativo circulante.

A contabilidade gerencial trata os custos fixos como custos do período e não do produto. Sendo assim, atribuiria os R$180.000,00 de forma integral ao resultado, independente da quantidade produzida ou vendida. Sendo assim, pela contabilidade societária o resultado fica a menor em R$30.000,00, exatamente o custo fixo apropriado ao estoque. Por outro lado, a contabilidade gerencial atribui os R$180.000,00 de forma integral ao resultado do período.

Esses resultados evidenciam que o correto reconhecimento da ociosidade, em forma de despesa de R$45.000,00, proporciona maior fidedignidade às demonstrações contábeis e permite identificar as causas da subutilização da capacidade produtiva. Além do atendimento às exigências normativas, essas informações constituem importante instrumento gerencial, possibilitando o monitoramento da eficiência operacional e subsidiando decisões relacionadas ao planejamento da produção, gestão de recursos e redução de desperdícios. Os Quadros 1 e 2 demonstram como a diferença no tratamento traz efeitos diferentes nas demonstrações.

Item	Fórmula	Valor (R$)	Destinação
Capacidade instalada	—	24.000 un.	Referência (100%)
Produção efetiva no trimestre	—	18.000 un.	75% da capacidade
Capacidade ociosa	24.000 − 18.000	6.000 un.	25% da capacidade
Custos fixos totais (capacidade normal)	—	180.000,00	Base de rateio
Custo fixo unitário	180.000 ÷ 24.000	7,50/un.	Taxa de absorção
Custo fixo absorvido pela produção	18.000 × 7,50	135.000,00	Vai a estoques/CPV
Custo da ociosidade (não absorvido)	6.000 × 7,50	45.000,00	Despesa do período (resultado)
Custo do Produto Vendido (14.000 un.)	14.000 × 7,50	105.000,00	Resultado (CPV)

Item	Fórmula	Valor (R$)	Destinação
Estoque final (4.000 un. não vendidas)	4.000 × 7,50	30.000,00	Ativo Circulante (Estoques)
Verificação: 105.000 + 45.000 + 30.000	—	180.000,00	= Custos fixos totais

Quadro 1. Apuração e destinação dos custos fixos (Custeio por Absorção — NBC TG 16)
Fonte: Elaboração própria (2026)

Aspecto	Contabilidade Societária (NBC TG 16)	Contabilidade Gerencial (Custeio Variável)
Tratamento do custo fixo	Custo do produto — rateado pela produção efetiva	Custo do período — 100% jogado ao resultado
Custo fixo levado ao resultado no trimestre	R$ 150.000,00 (105.000 CPV + 45.000 ociosidade)	R$ 180.000,00 (integral)
Custo fixo que permanece no Ativo (estoque)	R$ 30.000,00 (4.000 un. × 7,50)	R$ 0,00 (nada fica ativado)
Diferença de resultado entre os métodos	Resultado maior em R$ 30.000,00	Resultado menor em R$ 30.000,00
A ociosidade aparece separada como despesa?	Sim — R$ 45.000,00 destacados (exigência normativa)	Não, por padrão — fica diluída dentro dos R$ 180.000,00
Nível de fidedignidade quanto à causa da ineficiência	Alto — o valor da ociosidade é visível e rastreável	Baixo — a informação existe, mas não é segregada

Quadro 2. Comparativo: Contabilidade Societária (Absorção) x Contabilidade Gerencial (Variável)
Fonte: Elaboração própria (2026)

Como sugestão, a contabilidade gerencial melhoraria sua informação se também separasse o custo da ociosidade do período R$45.000,00 na demonstração visando evidenciá-lo para as devidas tomadas de decisões gerenciais estratégicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que o tratamento contábil da ociosidade possui relevância tanto para a contabilidade societária quanto para a contabilidade gerencial. À luz da NBC TG 16 (CPC 16), os custos decorrentes da capacidade ociosa não devem compor o valor dos estoques, devendo ser reconhecidos como despesa no período em que ocorrem, assegurando maior transparência e representatividade às demonstrações financeiras.

O cenário descrito no estudo de caso hipotético é particularmente relevante porque combina, em um único período de apuração, causas de ociosidade de naturezas distintas — uma de origem tecnológico-organizacional (aprendizagem operacional), uma de origem logística (insuficiência de matéria-prima) e uma de origem mercadológica (retração de demanda) —, o que permite discutir não apenas o tratamento contábil-normativo da capacidade ociosa, mas também o potencial informacional dessa segregação para a tomada de decisão gerencial.

Ao evidenciar separadamente o valor de R$ 45.000,00 correspondente à ociosidade, a Contabilidade Societária oferece um ponto de partida objetivo para que a gestão investigue as causas da subutilização e direcione ações corretivas específicas para cada uma delas — o que reforça a tese central do estudo: a de que o reconhecimento adequado da ociosidade, além de atender a uma exigência normativa, constitui instrumento de gestão estratégica da eficiência produtiva.

Sendo assim, sob a perspectiva gerencial, a identificação e mensuração da ociosidade fornecem informações relevantes para a avaliação do desempenho operacional, permitindo distinguir perdas decorrentes da capacidade não utilizada de ineficiências do processo produtivo. Essa diferenciação contribui para decisões mais assertivas sobre planejamento da produção, utilização da capacidade instalada e alocação de recursos.

Conclui-se que o adequado tratamento contábil da ociosidade atende às exigências normativas e, simultaneamente, fortalece o processo de tomada de decisão, ao fornecer informações confiáveis sobre a utilização da capacidade produtiva e seus impactos econômicos. Dessa forma, o reconhecimento detalhado e a mensuração da ociosidade configura-se como um importante instrumento para a melhoria da eficiência operacional, da qualidade da informação contábil e da competitividade das organizações.

O estudo apresenta limitações, tais como: a natureza hipotética dos dados e a simplificação do objeto e a não segregação quantitativa das causas da ociosidade. Recomenda-se como **sugestões para pesquisas futuras** a validação empírica com dados reais de empresas e estudo longitudinal (série histórica).

REFERÊNCIAS

Alves, S. C. (2016). *O uso da informação contábil como instrumento de gestão nas micro e pequenas empresas do município de Alegrete/RS* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Pampa]. https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/1970

Andrade, R. O. B., & Amboni, N. (2010). *Estratégias de gestão: Processos e funções do administrador.* Elsevier.

Andrade, S. J. (n.d.). *Práticas de contabilidade gerencial e fatores contingenciais no setor industrial de Pernambuco* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural de Pernambuco]. http://tede2.ufrpe.br:8080/tede/handle/tede2/8989

Bertholini, A. A. (2019). *Acadêmicos explicam os pronunciamentos contábeis.* Associação dos Profissionais Contábeis de São Paulo. https://www.apcsp.org.br/downloads/Ebook%20Acad%C3%AAmicos%20Explicam%20os%20Pronunciamentos%20Cont%C3%A1beis.pdf

Bornia, A. C. (2010). *Análise gerencial de custos: Aplicação em empresas modernas* (3a ed.). Atlas.

Bruni, A. L., & Famá, R. (2011). *Gestão de custos e formação de preços: Com aplicações na calculadora HP12C e Excel.* Atlas.

Callado, A. L. C., Miranda, L. C., & Callado, A. A. C. (2013). Fatores associados à gestão de custos: Um estudo nas micro e pequenas empresas do setor de confecções. *Revista Produção, 13*(1). https://www.scielo.br/j/prod/a/HvJczqryW4khsQQ8RsvFXrx/?format=pdf&lang=pt

Camassola, K. (2019). *Implementação de controles internos de estoques para auditoria: Um estudo em uma indústria metalúrgica da Serra Gaúcha* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade de Caxias do Sul]. https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/5617

Comissão de Valores Mobiliários. (1992). *Parecer de Orientação CVM nº 24, de 15 de janeiro de 1992.* https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/pareceres-orientacao/pare024.html

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2009). *OCPC 02: Esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis de 2008.* CPC.

Conectologia. (2021). *Ociosidade no trabalho: Como SD-WAN pode ajudar.* https://wcsconectologia.com.br/negocios-e-estrategias/ociosidade-no-trabalho-e-como-sd-wan-pode-ajudar/

Conselho Federal de Contabilidade. (2017). *Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 16 (R2) – Estoques, de 24 de novembro de 2017.* CFC.

Crepaldi, S. A. (2016). *Contabilidade gerencial* (7a ed.). Atlas.

Damásio, D. P. P. (2016). *Análise do custo padrão como apoio à gestão: Estudo de caso em uma indústria cerâmica* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade do Extremo Sul Catarinense]. http://repositorio.unesc.net/handle/1/4404

Favero, H. L. et al. (2011). *Contabilidade: Teoria e prática* (Vol. 1, 6a ed.). Atlas.

Feitosa, I. A. L. (2023). *Uma análise comparativa entre a NBC TG 1002 e a NBC TG 1000* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal da Paraíba]. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27334

Ferreira, J. A. S. (2007). *Contabilidade de custos.* Pearson Prentice Hall.

Fortunato, M. P. (2022). *Análise de lucratividade baseada no Time-Driven Activity Based-Costing (TDABC) em uma organização de serviços contábeis de Santa Catarina* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247284

Gama, I. S., Souza, M. P., & Sato, S. A. S. (2009). Apreciação dos custos ocultos na indústria de laticínios do município de Cacoal – Rondônia. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos* (Vol. 16). ABC.

Garcia, D. Z. (2019). *Mensuração dos custos de produtos pelo custeio direto e seu efeito na percepção dos decisores* [Dissertação de mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie]. http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/26411

Hansen, D. R., & Mowen, M. M. (2009). *Gestão de custos: Contabilidade e controle.* Cengage Learning.

Iudícibus, S. et al. (2010). *Manual de contabilidade societária* (Vol. 792). Atlas.

Jornal do Comércio. (2018). *Ociosidade aumenta, e produção e emprego caem: Carga tributária surgiu como maior entrave aos empresários gaúchos.* https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2018/10/amp/654792-ociosidade-aumenta-e-producao-e-emprego-caem.html

Komatsi, Lourenço, D. H., Augusto, E. C., & Silva, L. G. (2016). *Gerencial, seus reflexos, e a capacitação do profissional perante as constantes modificações na legislação e normas contábeis* [Trabalho de conclusão de curso, Centro Universitário Eurípides de Marília]. https://aberto.univem.edu.br/handle/11077/1562

Leal, L. A. O., & Lima, S. C. (2001). Formulação de um modelo de custeio por absorção com características gerenciais. In *Anais do Congreso Internacional de Costos – Cruzando Fronteras: Tendencias de Contabilidad Directiva para el Siglo XXI.* http://www.intercostos.org/documentos/Trabajo223.pdf

Leone, G. S. G. (2000). *Custos: Planejamento, implantação e controle.* Atlas.

Leone, G. S. G., & Leone, R. J. G. (2010). *Curso de contabilidade de custos* (4a ed.). Atlas.

Lima, A. N. (2019). *Análise do processo de julgamentos contábeis por discentes concluintes do curso de Ciências Contábeis* [Dissertação de

mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/22795

Maciel, E. L. S. (2016). *Apuração de custos e resultado junto a uma fábrica de massas alimentícias* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Santa Maria]. https://repositorio.ufsm.br/handle/1/24691

Maranhão, M. H. P. B. (2020). *Alternativas para o reconhecimento e evidenciação contábil dos heritage assets em uma instituição de ensino superior: Um estudo na Universidade Federal Rural* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38346/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Maria%20Helena%20Padilha%20Borba%20Maranh%c3%a3o.pdf

Marconi, A. M., & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de metodologia científica* (2a ed.). Atlas.

Marion, J. C. (2009). *Introdução à contabilidade com ênfase em teoria* (Vol. 1). Alínea.

Marion, J. C., & Ribeiro, O. M. R. (2017). *Introdução à contabilidade gerencial* (2a ed.). Saraiva.

Martins, E. (2019). *Contabilidade de custos* (11a ed.). Atlas.

Martins, E., & Rocha, W. (2015). *Métodos de custeio comparados: Custos e margens analisados sob diferentes perspectivas* (2a ed.). Atlas.

Matias-Pereira, J. (2021). Teoria institucional aplicada à contabilidade: Evolução e perspectivas. *Brazilian Journal of Development.*

Megliorini, E. (2011). *Custos: Análise e gestão* (3a ed.). Pearson Prentice Hall.

Menegazzo, G. D. et al. (2017). Utilização de sistemas de custos em micro e pequenas empresas de Santa Catarina. *REMIPE – Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco, 3*(2), 172–192.

Miranda, L. B. (2016). Custos florestais: Implantação de um sistema de custeio em uma propriedade rural, tendo como enfoque o controle dos custos incorridos em uma plantação de Pinus. *Revista de Contabilidade e Controladoria, 8*(2), 1–16. https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/view/31108

Nakagawa, M. (2001). *ABC: Custeio baseado em atividades* (2a ed.). Atlas.

Padoveze, C. L. (2013). *Contabilidade de custos: Teoria, prática, integração com sistemas de informações (ERP).* Pioneira Thomson Learning.

Paes, R. F., & Coelho, C. U. F. (2018). Análise dos critérios de depreciação das companhias do subsetor de transportes listadas na Bovespa. *Anais do*

Mestrado em Ciências Contábeis. https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcmccuerj/article/view/50695/pdf

Passareli, J., & Bomfim, E. de A. (2003). *Custos: Análise e controle* (2a ed.). Thomson.

Pereira, J. M. (2012). *Manual de metodologia da pesquisa científica* (3a ed.). Atlas.

Pinto, A. A. G., Limeira, A. L. F., Silva, C. A. D. S., & Coelho, F. S. (2018). *Gestão de custos.* https://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=S2xlDwAAQBAJ

PWC. (2012). *Navegador contábil: Contabilização dos custos incorridos em períodos de ociosidade.* https://www.pwc.com.br/pt/ifrs-brasil/navegador-contabil/assets/navegador-contabil-41.pdf

Ribeiro, L. N. (2020). Gerenciamento da contabilidade de custos pelos micros e pequenos empresários do município de Hortolândia-SP. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos – ABC.* https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4781/4802

Rosa Filho, C., & Peixe, B. C. S. (2016). Estudo dos métodos de custeios: Uma análise sobre as vantagens, desvantagens e sua aplicabilidade pelos escritórios de contabilidade. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos – ABC.* https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/4176/4177

Santos, J. B. R. (2015). *Contabilidade de custos.* Atlas.

Schier, C. U. da C. (2006). *Gestão de custos.* Ibpex.

Schneider, J. I. (2016). *Sistema de custeio no preço de venda (SCPV): Análise dos resultados em pequenas e médias empresas industriais da região metropolitana da Serra Gaúcha* [Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5447

Sebrae. (2023). *O que são custos fixos e custos variáveis.* https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/saiba-o-que-sao-custos-fixos-e-custos-variaveis,7cf697daf5c55610VgnVCM1000004c00210aRCRD

Silva, A. C., Pires, A. G., Pinto, A. E., Oda, A., & Riberi, F. (2020). *Pronunciamentos contábeis aplicados aos negócios: Contribuição da academia à disseminação do conhecimento.* https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=eS0NEAAAQBAJ

Silva, G. R. da et al. (2016). Controladoria empresarial e formação de preço de venda à luz da gestão de custos: Um estudo de caso em um supermercado do estado da Paraíba. *Custos e Agronegócio Online, 12*(2), 352–373.

Silva, L. da, & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação* (4a ed.). Editora UFSC.

Silva, L. D. da, Souza, M. A. de, & Antunes, M. T. P. (2017). *Práticas de gestão de custos ocultos e intangíveis: Estudo de caso em empresa de equipamentos agrícolas.* https://anpcont.org.br/pdf/2017/CCG1016.pdf

Sobrinho, P. A. (2010). *Estoques: Normas internacionais de contabilidade – IAS 2, CPC 16* (Vol. 792). IOB.

Souza, A., & Clemente, A. (2011). *Gestão de custos: Aplicações operacionais e estratégicas: Exercícios resolvidos e propostos com utilização do Excel* (2a ed.). Atlas.

Souza, R. P. (2019). *Análise das soluções de consultas sobre o tratamento fiscal das despesas com depreciação emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/11764

Wernke, R. (2001). *Gestão de custos: Uma abordagem prática.* Atlas.

Zatta, F. N. et al. (2003). Custo de ociosidade no contexto da gestão estratégica de custos: Um estudo empírico numa empresa do setor têxtil do Espírito Santo. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos* (Vol. 10). ABC. https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2514/2514